

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 149

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Carlos Simões..

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kiesel, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3447

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, a retirada por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 418/2001, item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3439

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Rui Culp, aos 65 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3449

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da jornalista Sônia Regina Nassar, falecida na data de hoje nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, vítima de infarto do miocárdio, hoje pela manhã, a jornalista Sônia Maria Nassar.

Sônia Nassar, como era mais conhecida, completou 50 anos de idade na semana passada e tinha mais de 30 anos de jornalismo, sempre na área esportiva.

Atleticana “roxa”, Sônia Nassar defendia seu time com garra e muito sentimento. Era a mais conhecida jornalista esportiva do nosso Estado e foi a primeira repórter feminina do Brasil a entrar num campo de futebol.

Em todos esses anos, Sônia Nassar trabalhou nos jornais O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, escrevendo sempre sobre esportes. O nosso Estado está de luto e o mundo esportivo perdeu uma grande personalidade. Por onde se espalha a notícia de seu falecimento, a reação é de muita tristeza, pois ela conquistou muitos amigos por onde passou.

À família enlutada (A/C jornal Tribuna do Paraná - Rua João Tscharnell, 800 - Jd. Mercês - Curitiba / PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3452

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Sônia Regina Machado, ocorrido hoje, dia 17 de outubro, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus familiares através dos irmãos Carlos Roberto e Sandra Regina Machado Nassar, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Santa Catarina, ap. 21A, CEP 80620-100 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3437

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sra. Salete Tonial e família, pelo falecimento do Sr. Zeferino Tonial, no município de São João / PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Zeferino Tonial era casado com a Sra. Salete Tonial. Homem de fibra, dedicou-se à sua família e amigos. Grande marido, exemplar pai e avô, o falecido soube em vida cativar amigos, granjear simpatia e conquistar o respeito e consideração de todos que o conheciam.

Porém existem muito mais argumentos para justificar a homenagem póstuma. O Sr. Zeferino ajudava, com muito carinho e dedicação, a sua esposa a cuidar dos idosos, onde a Sra. Salete é a coordenadora da Associação São Vicente de Paula dos Idosos. Chegaram na região muito cedo e com luta e determinação fincaram raízes, construíram uma enorme família e o amigo Zeferino ajudou toda a comunidade de São João. O passamento do Sr. Zeferino Tonial abriu uma lacuna que jamais será preenchida, não só na família Tonial, mas para todas as pessoas que tiveram o prazer de conviver com ele.

É justo que esta Assembléia Legislativa do Paraná preste sua última homenagem a uma pessoa que deu um extraordinário exemplo de respeito, amizade, lealdade, força de vontade e muito carinho a todos que o cercaram.

REQUERIMENTO Nº 3431

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações a Exma. Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita municipal de Iporã e ao presidente da Sociedade Rural, senhor José Dorival dos Santos, pela 14ª Expo-Iporã e 5ª IpoFest, realizada de 22 de setembro a 14 de outubro no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Entre os dias 22 de setembro e 14 de outubro foi realizada a 14ª Expo-Iporã e a 5ª IpoFest no município de Iporã.

Cumprimentamos a Exa. Sra. prefeita, o presidente da Sori, e a Comissão Organizadora da Exposição e da IpoFest pelo sucesso dos eventos.

REQUERIMENTO Nº 3438

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam inseridos em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Joaquim Raimundos dos Santos e Brasiлина de Paula dos Santos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3445

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, votos de congratulações e aplausos a todos os médicos pelo transcurso do Dia do Médico, a ser comemorado na próxima quinta-feira, dia 18 de outubro, e em especial ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, representado pelo seu presidente, o Sr. Luiz Sallim Emed.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Sr. Luiz Sallim Emed.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Queremos saudar aqueles que receberam a missão de exercer a medicina, restituindo a alegria de viver às pessoas que lhe são confiadas a qualquer hora, momento e lugar. Diante dos maiores desafios, da agonia e do desespero, ele, o médico, sabe como se manter sereno, sem desequilíbrio, buscando soluções e alternativas para restabelecer a paz e a saúde dos pacientes e a sua própria.

O médico pratica o exercício, no seu dia-a-dia, de uma das mais importantes atividades humanas, que é buscar constantemente restaurar a saúde das pessoas e, conseqüentemente, a alegria, o bem-estar, o bom humor e a vontade de viver.

REQUERIMENTO Nº 3446

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Sarandi, extensivo ao prefeito municipal, Exmo. Sr. Aparecido Farias Spada, ao vice-prefeito, Exmo. Sr. Claudionei Aparecido Vitorino da Silva, e à Câmara Municipal de Sarandi, na pessoa de seu presidente, José Aparecido da Silva, pela passagem do 20º aniversário de emancipação política e administrativa do município.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município. Todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, Sarandi, que há 20 anos vem caminhando com grande empenho e mostrando seu grande desenvolvimento. O papel desempenhado por Sarandi na região de Maringá é dos mais importantes e continua a sê-lo, especialmente pela sua importância econômica, dada a pujança do jovem município, que abriga grandes indústrias do Estado e do País. No último dia 14 de outubro Sarandi comemorou seu 20º aniversário de emancipação política e administrativa, comemorada com solenidades oficiais e com grande orgulho de toda a população de Sarandi

REQUERIMENTO Nº 3440

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos organizadores do evento cultural - Projeto Vale Saber, 2001 - "O Homem faz a História", realizado no último dia 05 de outubro, no município de Chopinzinho.

Do aprovado, requer ainda, se dê ciência à equipe organizadora do evento, conforme listagem em anexo.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Foi realizado no último dia 05 de outubro, no Centro de Eventos, município de Chopinzinho o Projeto Vale Saber 2001 - "O Homem faz a História", que envolveu diversas escolas e entidades do município, reunindo aproximadamente 6.000 pessoas.

Dentre as atividades culturais: folclore gaúcho, alemão e italiano, danças contemporâneas, dança indígena, teatro, coral italiano, apresentação do Clube do Vovô, recitais, apresentação de karatê, incorporação de personagens que fizeram a História, apresentação da banda municipal e academia de música.

O objetivo do evento foi resgatar a história de Chopinzinho em contexto com a história do Brasil, e considerar o aluno como produtor do conhecimento, promovendo o exercício da cidadania através de seu envolvimento, resgatando a história do cidadão chopinhense através de exposições e manifestações culturais de alunos e entidades envolvidas.

Com o presente requerimento parabenizamos os organizadores, alunos, professores e demais entidades envolvidas, as quais promoveram e abrilhantaram esse importante evento cultural do município.

REQUERIMENTO Nº 3448

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, pela comemoração de seus 45 anos.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Tribuna do Paraná está completando hoje seus 45 anos de fundação e circulação diária. O jornal, que nasceu como um vespertino, foi fundado em 17 de outubro de 1956.

Ocupando o mesmo espaço do jornal O Estado do Paraná, que foi fundado cinco anos antes, a equipe trabalhava pela manhã e a tarde. Durante toda a noite, um repórter de plantão garantia a cobertura das ocorrências policiais. O jornal era finalizado e vendido no final da tarde, relatando as notícias do mesmo dia.

E a tribuna se tornaria a verdadeira paixão dos curitibanos, pois tem cobertura caprichada nas áreas de esportes e policial. É comum ver na nossa Capital, as pessoas, bem cedinho, acumulando-se ao redor das bancas de revista para ler suas manchetes. Nos ônibus, os trabalhadores vão na companhia da tribuna e é comum os passageiros vizinhos esticarem os olhos para lê-la também. Em todos os lugares, lá está ela - passando de mão em mão, chegando ao final do dia amarrotada, rasgada. E é comum, é tradicional, que, muitos reservem diariamente o sagrado dinheirinho para comprá-la; uma curiosidade é que alguns grupos de pessoas revezam a compra da Tribuna e todos lêem todos os dias. Em suas folhas tem muito - de modo objetivo, direto, com temas que refletem o dia-a-dia da população.

E tenho orgulho em dizer que trabalhei como repórter policial do jornal Tribuna do Paraná. Há muitos anos, durante um longo período, fiz parte da competente equipe de trabalho que o jornal sempre fez questão de manter, como mantém até hoje uma equipe de primeira linha. Orgulho-me de ter trabalhado ali - em meu currículo de trabalho consta minha passagem por suas páginas na condição de repórter - ali aprendi e com a construção do que hoje é a Tribuna do Paraná, também colaborei. Quando a leio, lembro-me de tantas vezes que cobi

como repórter matérias importantes, do dia-a-dia do povo, das amizades que fiz, das coisas que conheci, pois com certeza o jornal Tribuna do Paraná também colaborou na construção do comunicador que hoje sou.

Parabéns à Tribuna do Paraná - esses 45 anos são realmente gloriosos, pois o jornal é uma referência do nosso Estado e da nossa cidade.

A toda a sua equipe de trabalho, através do diretor-presidente da Editora O Estado do Paraná - Dr. Paulo Pimentel (Rua João Tschannertt, 800 - Jardim Mercês - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3453

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Paraná alusivo à realização do 53º Congresso Brasileiro de Enfermagem com início em 09 de outubro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente do referido Conselho, Sr. Alaerte Leandro Martins, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Brigadeiro Franco, 1861, Apto. 13, CEP: 80420-200, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3454

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, pela passagem do dia do médico, a ser comemorado no dia 18 de outubro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Dr. Luiz Sallim Emed, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 497 - Centro, CEP: 80020-909, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3455

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao prefeito municipal de São Pedro do Ivaí, Sebastião Guimarães Vieira, pela passagem do 46º aniversário de Emancipação Político-Administrativa a ser comemorado no dia 30 de outubro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sebastião e ao presidente da Câmara Municipal

Vereador Nelson Bolognini, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Padre José Rossi, 354 - CEP: 86945-000 - São Pedro do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3456

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao jornal Tribuna do Paraná, pela passagem do seu 45º aniversário de fundação, comemorado hoje 17 de outubro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu diretor presidente Paulo Cruz Pimentel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Tschannertt, 800 - Jardim Mercês, CEP: 80820-010, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3459

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao casal Miguel Silvério Ribeiro e Maria de Lourdes Silva, alusivos à comemoração de bodas de ouro, no dia 25 de setembro de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família homenageada, através de correspondência a ser encaminhada aos cuidados do padre José Natalício da Silva no seguinte endereço: Praça Yvens Gueguem, 175, CEP: 86870-000, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3436

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve usando de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Campo Bonito, Onírio Wilmar Fries, com votos de congratulações pelo aniversário do município a ocorrer no dia 31 do mês em curso.

Requer ainda que da decisão desta Casa seja dado ciência também a Vandegé Hecker e ao presidente da Câmara, vereador Gilmar Luiz Bernardi.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Ainda trago fresco na memória os fatos que contribuíram com a emancipação política do município de Campo Bonito. Pude, de perto acompanhar a mobilização feita pelos líderes do então distrito de Guaraniaçu que objetivava a independência econômica e política. Na

época eu trabalhava na Secretaria de Estado da Administração e aquela Pasta funcionou como escritório de apoio que zelosamente cuidava da documentação burocrática e apoio logístico necessários para a tramitação do processo. Acompanhei pessoalmente as comitivas que eram capitaneadas pelo bom Tarcísio Roberto Grassi, líder do movimento e posteriormente prefeito daquela cidade e que hoje habita em campos santos.

Após longa batalha travada, finalmente, em 31 de outubro de 1986, a Lei 8403, sancionada pelo então governador João Elízio Ferraz de Campos, o distrito de Campo Bonito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Guaraniaçu. A instalação oficial deu-se em 1º de janeiro de 1989 e o primeiro prefeito eleito foi Tarcísio Roberto Grassi que com zelo pelo dinheiro público iniciou a estruturação do município. Após quatro anos de excelente administração, assumiu aquele Executivo o até então funcionário público municipal, Onírio Wilmar Fries que aprendeu com o seu antecessor a receita para bem administrar a cidade, que continuou nos trilhos do progresso.

Hoje, quando o município está prestes a completar o seu 15º aniversário de emancipação, Campo Bonito encontra-se em pleno desenvolvimento, sendo administrado com pulso firme pelo prefeito Onírio Wilmar Fries que, pelas mãos do povo foi reconduzido àquela prefeitura municipal. Esta recondução certamente será marcada por conquistas harmônicas entre os administradores do município e a população campo-bonitense que, de forma ordeira e pacífica estarão construindo uma história promissora que certamente irá render bons frutos naquelas bandas.

REQUERIMENTO Nº 3441

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, solicitando a construção de 13,8km de estradas rurais, através do Programa Caminhos do Saber e da Produção, beneficiando as comunidades de Linha Tartari e Nossa Senhora do Amparo, município de Dois Vizinhos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, vereador José Luiz Gabriel Favetti, o vereador Paulo Pin e o diretor executivo Sr. Fernando Pijak, no endereço: Rua Sete de Setembro, 543 - cx. postal 116 - Dois Vizinhos / PR - CEP: 85660-000.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A construção de 13,8 km de estrada com concreto betuminoso através do Programa Caminhos do Saber e da Produção, já é compromisso assumido pelo Governo do Estado, cuja terraplanagem e obras já foram efetuadas pelo DER de Francisco Beltrão.

A referida estrada beneficiará as comunidades de Linha Tartari e Nossa Senhora do Amparo, trazendo melhorias para o escoamento da produção e o transporte de alunos até a sede do município.

REQUERIMENTO Nº 3450

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de São Mateus do Sul / PR a Três Barras, divisa com Santa Catarina.

A obra é de grande importância para o desenvolvimento sócio-econômico da região, trazendo grandes incentivos para o comércio, facilitando a implantação de indústrias assim como do transporte da safra agrícola e beneficiando os agricultores, além de estimular a integração da população com benefícios para a qualidade de vida.

Ao longo dos últimos anos a referida pavimentação vem sendo solicitada por autoridades locais, mas infelizmente ainda não foi atendida pelo governo estadual.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3457

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Nelson Roberto Plácido e Silva Justus, secretário de Estado dos Transportes, solicitando que as máquinas da “patrulha rural”, com seus programas de melhoria das estradas municipais e estaduais retornem às suas atividades, beneficiando os municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Piraí do Sul, Imbituva, Ivaí, Ipiranga, Reserva, Ortigueira, Tibagi, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Porto Amazonas, Palmeira, Ventania e Cândido de Abreu.

As atividades desenvolvidas pela “patrulha rural” têm sido de grande utilidade e muito tem beneficiado a economia rural, a geração de empregos e de renda.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3460

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente solicitando as seguintes informações sobre doações de doativos (roupas) feitas pelo Programa do Voluntariado Paranaense - Provopar:

1) Quais são as doações de entidades estrangeiras aos necessitados paranaenses?

2) Que entidades são estas?

3) As roupas usadas desembarcadas no Porto de Paranaguá, como são destinadas aos usuários finais?

4) Os Conselhos Municipais de Assistência Social foram informados e acompanham estas distribuições?

5) O desvio de donativos (roupas) no município de Cascavel, oriundo do município de Missal, está sendo esclarecido pela Secretaria da Criança e pelo Provopar?

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3461

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando levantamento estatístico mensal dos registros de ocorrências policiais do período de 1991 a 2001 nos municípios do Oeste do Paraná, bem como a evolução de investimentos do governo estadual, no setor de Segurança Pública.

A apresentação deste requerimento vem subsidiar as ações parlamentares deste deputado.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3433

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao presidente da Copel, Dr. Ingo Hübert, solicitando informações conforme especifica:

1) Quantos cortes de energia elétrica são processados mensalmente?

2) Qual o valor total cobrado das taxas de religação?

3) Qual o menor e o maior volume de salário dos aposentados?

4) Qual o valor da folha de pagamento dos funcionários da Copel?

5) Quanto representa a folha de pagamento em relação ao faturamento mensal?

6) Quanto representa a folha de pagamento dos inativos sobre o faturamento mensal e qual o percentual em relação à folha dos funcionários ativos?

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, doutor Ramiro Wahrhaftig solicitando a relação dos funcionários da Universidade Estadual de

Maringá, suas respectivas funções e salários, bem como nomes, funções e salários de servidores detentores de função gratificada.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3443

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Dr. Carlos Antonio Teixeira de Freitas, diretor presidente da Sanepar, solicitando seja viabilizada a perfuração de poço artesiano na cidade de Pérola D'Oeste.

Requer ainda, que se dê ciência deste requerimento a Exma. senhora Marluce Weiller, chefe do Executivo Municipal de Pérola D'Oeste.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente alimentado por um poço artesiano e pela captação das águas do Rio Lageado Grande, o sistema de abastecimento de água de Pérola D'Oeste resente-se de um padrão de potabilidade, o que causa descontentamento aos usuários que são servidos pelo rio.

A perfuração de mais um poço sem dúvidas irá atender à demanda e satisfazer os anseios da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 3432

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo sob o título "Um Estado Delinqüente" do jurista doutor Fábio Konder Comparato, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 14.10.2001.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao doutor Fábio Konder Comparato, através de correspondência a ser encaminhada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, aos cuidados do Departamento de Direito Comercial, Largo de São Francisco, nº 95, 9º andar do prédio anexo, centro, CEP 01005-010, São Paulo/SP.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ainda sob o efeito dos recentes acontecimentos do dia 11 de setembro, em Nova Iorque e Washington, e das presentes ações militares dos EUA e aliados sobre o Afeganistão, a mídia nos apresenta, diariamente, as mais diversas análises das causas e efeitos. Muitas delas traídas por equívoco, falta de conhecimento ou absoluta intenção de emitir informações tendenciosas e parciais.

Não estamos em posição de julgamento. Mas, é nossa obrigação trazer luz a uma sucessão de fatos históricos que traduzem a herança que faz com que os

EUA acabem por sofrer hostilidades de vários lugares do mundo. E isso acontece, com clareza e competência, no artigo do jurista Fábio Konder Comparato, publicado no jornal Folha de São Paulo de 14 de outubro de 2001. Nele, o renomado professor da Universidade de São Paulo (USP), traça uma breve, mas densa, retrospectiva de tratados e convenções internacionais de direitos humanos que os EUA transgridem e desprezam.

No referido artigo, Comparato deixa claro o descaso com que os EUA sempre trataram os interesses da paz. É absolutamente sadio para a democracia e a inteligência que debates de qualidade, como este do jurista e professor, se transformem na linha condutora do pensamento da humanidade sempre que tratar de temas tão importantes e polêmicos.

É necessário, então, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná documente estes escritos e demonstre sua preocupação em preservar uma versão que apresenta registros históricos importantes e compreensão dos rumos que a humanidade toma sempre que são feridos os princípios dos direitos e da moral.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 531/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado o município de São Carlos do Ivaí como “Capital Paranaense da Lajota”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei trata da denominação do município de São Carlos do Ivaí como “Capital Paranaense da Lajota”.

O município de São Carlos do Ivaí possui atualmente 25 olarias, com um produção mensal de 14 milhões de peças/mês e uma geração de aproximadamente 625 empregos indiretos.

São Carlos do Ivaí fornece tijolos, lajes e lajotas para todo o Estado do Paraná e para parte do Estado de São Paulo.

Visando uma maior divulgação do município de São Carlos do Ivaí, para que seu nome seja reconhecido fora do nosso Estado pela sua produção, nada mais justo do que elegermos aquele município como a “Capital Paranaense da Lajota”, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres pares da aprovação desta propositura.

PROJETO DE LEI Nº 532/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado da Saúde, a instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde, no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo colocará à disposição da população nos Postos de Saúde Pública e nas suas farmácias, médicos com especialização homeopática e remédios homeopáticos.

§ 1º - Caberá ao farmacêutico responsável pelo posto de saúde gestionar junto à Secretaria de Saúde a consignação de recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos na farmácia ou dispensários.

§ 2º - Para obtenção ou fornecimento dos medicamentos homeopáticos, os serviços implantados poderão optar entre montar farmácia homeopática própria; montar caixa básica de medicamentos disponíveis na unidade; credenciar ou conveniar farmácias homeopáticas privadas.

Art. 3º - A Secretaria de Saúde e a Comissão Científica da AMHB (Associação Médica Homeopática Brasileira), desenvolverão um programa para treinamento dos Agentes Comunitários de Saúde que atuarão nas unidades onde houver médico homeopata, como apoio aos profissionais da área.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade implantar a homeopatia na Rede Pública de Saúde Paranaense.

A homeopatia busca aliar um alto grau de resolubilidade e satisfação da clientela a um baixo custo de investimentos, trazendo contribuição relevante para a área da saúde pública.

No Brasil a homeopatia foi introduzida no ano de 1840, tornando-se rapidamente uma opção de tratamento à medicina oficial vigente para grandes parcelas da população, sendo reconhecida como especialidade médica em 1979 pela AMHB (Associação Médica Homeopática Brasileira).

Desta forma, a homeopatia tem se mostrado de grande aceitação nos locais onde já está implantada, prevenindo e promovendo a saúde, através de substâncias medicamentosas diluídas.

Pensamos que, o compromisso com a saúde do indivíduo possibilita-nos compreender o direito à saúde como uma questão de cidadania e democracia.

Diante do exposto, contamos com o indispensável apoio dos nobres pares para aprovação desta importante contribuição ao povo paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 533/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual fica autorizado a conceder auxílio-transporte a todos os integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e da inativa.

Art. 2º - O auxílio-transporte referido no artigo anterior consiste na isenção da incidência do ICMS na aquisição de um veículo popular básico para cada policial, zero quilômetro de fabricação nacional, cabendo ao Decreto especificar as formas de controle e objetivos a que se destina.

Parágrafo Único - Os veículos que trata o dispositivo supra somente poderão ser vendidos após 5 (cinco) anos de uso.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei atende à classe dos policiais civis e militares, da ativa e da inativa, que necessitam de transporte para as suas locomoções. A atualidade do projeto se coaduna com a iniciativa do governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que lavrou uma legislação semelhante ao presente projeto de lei, daí a desnecessidade de maiores justificativas.

PROJETO DE LEI Nº 534/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam extintas as aposentadorias especiais dos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, concedidas e que não tenham cumprido os tempos determinados pelo Regime Previdenciário Nacional, exigidos para todo e qualquer cidadão brasileiro.

Art. 2º - Todos os funcionários públicos estaduais, pertencentes a qualquer dos poderes, autarquias, companhias de economia mista e fundações, terão, como teto máximo de suas aposentadorias, o valor pago, a título de subsídios, ao governador do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Marcos Isfer, Ademar Traiano, Tony Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Moysés Leônidas, Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Cezar Silvestri, Tiago de Amorin Novaes, Hidekazu Takayama, Cesar Seleme, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Divanir Braz Palma e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Trata o presente projeto de lei, da extinção das denominadas aposentadorias especiais dos deputados estaduais, com o objetivo de adequar à nova legislação previdenciária nacional.

Enquanto os cidadãos brasileiros trabalham trinta e cinco anos para adquirir o direito a uma aposentadoria, com valores nem sempre condizentes, ou ainda melhor, valores ínfimos, existem setores da sociedade privilegiados, que trabalham um período curto, beneficiando-se com aposentadorias vultosas, e outros, ainda, mesmo trabalhando um período longo, recebem aposentadorias exageradas, como é o exemplo de empresas estatais, que aposentam seus executivos com valores superiores a R\$20.000,00.

Assim, senhores deputados, o nosso principal objetivo é corrigir estas discrepâncias, diminuindo um pouco as grandes desigualdades sociais.

PROJETO DE LEI Nº 535/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná, a Associação de Vídeo e Cinema do Paraná- AVEC, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que tomamos a iniciativa legislativa de propor no âmbito do Estado do Paraná, a declaração de Utilidade Pública da Associação de Vídeo e Cinema do Paraná.

Esta entidade há muito merece esta recomendação, por se tratar de uma instituição que trabalha verdadeiramente em prol da produção artística, reunindo realizadores de cinema e vídeo de nosso Estado.

A Avec, é uma entidade sem fins lucrativos, que congrega a comunidade paranaense de produção de vídeo para veiculação em emissoras de televisão, locadoras de

vídeo, salas de cinemas, visando cooperação técnica entre outras entidades afins, nacionais e internacionais, promovendo pesquisa, estudos, seminários, cursos e treinamentos de seus associados, com vistas ao aprimoramento das atividades audiovisuais.

Por se tratar de matéria de extremo mérito, solicito o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis ao projeto de lei que ora apresento, pois a proposição é de grande valia não só para a Avec, Associação de Vídeo e Cinema do Paraná, mas a toda a comunidade artística do nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 536/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade APM - Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara, com sede e foro no município de Cambira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APM (Associação de Pais e Mestres) do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara do município de Cambira.

Cabe salientar que esta entidade presta atendimento aos adolescentes que estudam nessa instituição de ensino, promovem ainda projetos para a melhoria das condições de ensino tendo alguns a necessidade de auxílio do Estado, sendo, portanto, de vital importância o reconhecimento de utilidade pública.

Pela importância do exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 537/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade APETIMAR- Associação de Pessoas da Terceira Idade e Idosos de Marialva, com sede e foro no município de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pessoas de Ter-

ceira Idade e Idosos de Marialva, que visa o atendimento aos idosos do município, principalmente os carentes.

Esta entidade possui caráter filantrópico, assistencialista e recreativo aos idosos.

Pela importância do exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 538/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar do município de Rio Bom, com sede e foro no município de Rio Bom.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.2001.

(a) MILTINHO PUPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Provopar do município de Rio Bom, que visa o atendimento assistencial a aproximadamente 100 (cem) famílias, visando principalmente suprir algumas das muitas necessidades da população carente.

Pela importância do exposto, esperamos poder contar com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos registrar a presença, nas galerias, dos alunos da 4ª série da Escola Municipal de Irati, acompanhados pelas professoras Maria Cristina e Maria Conceição. Sejam bem-vindos.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, e senhores deputados.

Em função da polêmica criada ontem aqui, na Assembléia pelo aparecimento daquele panfleto, dizendo que o ex-deputado Nelton Friedrisch é aposentado pela Assembléia do Paraná, sendo que ele exerceu mandato por apenas 4 anos, para tirar a dúvida, deputado Pessuti, pedi oficialmente à direção da Casa que nos informe qual é a condição real do ex-deputado perante a Assembléia do Paraná, para que tenhamos efetivamente um documento trazendo essa informação. E pela polêmica criada aqui, proponho o seguinte projeto, já apoiado por alguns deputados. Ainda não passei na mesa dos senhores deputados, mas vou passar em todos para quem quiser, de livre e espontânea vontade com espírito democrático, apoiá-lo, para que tramite nesta Casa.

(Lê):

“PROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam extintas as aposentadorias especiais dos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, concedidas e que não tenham cumprido os tempos determinados pelo Regime Previdenciário Nacional, exigidos para todo e qualquer cidadão brasileiro.

Art. 2º - Todos os funcionários públicos estaduais, pertencentes a qualquer dos poderes, autarquias, companhias de economia mista e fundações, terão, como teto máximo de suas aposentadorias, o valor pago, a título de subsídios, ao governador do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ, EM 17.10.2001.
(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Trata o presente projeto de lei, da extinção das denominadas aposentadorias especiais dos deputados estaduais, com o objetivo de adequar à nova legislação previdenciária nacional. Enquanto os cidadãos brasileiros trabalham trinta e cinco anos para adquirir o direito a uma aposentadoria, com valores nem sempre condizentes, ou ainda melhor, valores ínfimos, existem setores da sociedade privilegiados, que trabalham um período curto, beneficiando-se com aposentadorias vultosas, e outros, ainda, mesmo trabalhando um período longo, recebem aposentadorias exageradas, como é o exemplo de empresas estatais, que aposentam seus executivos com valores superiores a R\$20.000,00.

Assim, senhores deputados, o nosso principal objetivo é corrigir estas discrepâncias, diminuindo um pouco as grandes desigualdades sociais”.

Já pedi informações à Copel e à Sanepar. Informações de que ali teria executivos que ganhariam como aposentados no “lombo” do povo que paga a conta da luz e da água, ganhando 25 a 30 mil reais por mês, como aposentados.

Ontem tivemos aqui nesta Casa um movimento muito justo, legal e moral. Dois servidores da Assembléia do Paraná, pedindo melhores condições de trabalho e de salário. Diante de todo este quadro é que proponho este projeto, com o apoio da grande maioria dos senhores deputados que vão apor junto comigo esta assinatura, para que tramite na sua condição normal e legal aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não tenho aqui, senhores deputados, nenhuma retaliação contra o senhor Nelson Friedrich, mas sim, em defesa daquilo que ele tanto prega, que é a igualdade, que é o equilíbrio social que ele tanto pregou quando eu era estudante da PUC. Ele fazia lindas palestras, que até me encantaram, palestras maravilhosas, que encantaram o deputado Irineu Colombo, que o inspirou também para a

política, mas, na teoria ele fala uma coisa; na prática, se apresenta outra, totalmente diferente. Não há retaliação contra nenhum parlamentar específico. Nós queremos, já que eles tanto falam de igualdade social, estamos propondo aqui pelo menos, a tirar um degrau deste desnível social, e que a Assembléia e os deputados também façam sua parte.

Aqui, senhores deputados, nenhum de nós, nem eu, que estou no terceiro e talvez vou para o quarto e quinto mandato, nenhum de nós terá o privilégio de ser aposentado pela Assembléia. Eu já tenho esta consciência. Vou me aposentar um dia, talvez como comunicador, como radialista. Não como deputado. Isto não existe mais.

Nós queremos, com este projeto, corrigir as distorções.

Obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar nos Anais desta Casa, na Sessão de hoje, a presença do presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, na tribuna de honra, vereador Nereu Faustino Seni, que aqui está, e também do presidente estadual do PC do B, Milton Alves, nosso companheiro que está prestigiando nossa Sessão, hoje à tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedemos a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente e senhores deputados.

É preciso que se faça justiça e que se torne público que a Assembléia Legislativa do Paraná não aposenta mais nenhum deputado estadual. Nem com quatro, nem com cinco, nem com seis mandatos. Isto se deve a uma lei aprovada por este Plenário, de nossa autoria. Na oportunidade em que votamos esta lei, houve alguém que fez uma emenda e que dizia o seguinte: os que estivessem no exercício do mandato, desde que contribuíssem com o correspondente a mais um mandato, poderiam aposentar-se proporcionalmente.

O então governador, na época, Álvaro Dias, não aceitou tal proposição. E remeteu à Justiça Federal uma representação sobre aquele tema, recordo-me que naquela época o governador Álvaro Dias ficou três meses sem rubrica orçamentária, porque criou-se um grande impasse aqui na Assembléia Legislativa. Queriam aprovar esta lei e dar àqueles que então eram deputados, na época, este benefício. A lei foi aprovada e sancionada. O Governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal e eu pedi à assessoria legislativa que me remetesse para que eu tornasse público esta lei que extinguiu o FEPPA. Qual foi o mal do FEPPA?

Todos nós devemos acreditar que quem tem 5, 6, 8 mandatos, deve aposentar-se, porque deu a sua contribuição.

Agora, o FEPPA era questionável, porque existia um aporte financeiro por parte do Executivo. Quer dizer, os 10% não eram suficientes para manter o Fundo de Aposentadoria, e por isso foi aprovado por este Plenário a sua extinção.

Agora, é preciso que se faça justiça. O presidente Hermas Brandão não autorizou nenhum procurador da Assembléia Legislativa, não aposentou nenhum deputado. E nós estamos falando aqui é do passado. Coisas que aconteceram no passado e que trazem um peso muito grande para a administração da Assembléia Legislativa e para a administração pública. É evidente que todos nós sabemos e devemos reconhecer que Saul Raiz, por exemplo, não precisa desse dinheiro público para viver e quem sabe quanto é o salário do...

O governador Jaime Lerner quando foi prefeito de Curitiba, era também professor da Universidade; continuou recebendo da Universidade. Hoje acho que deve estar aposentado. Quantos que ganham, altos salários, enquanto poucos não ganham nada?

Então, acho que nós devemos repensar toda essa situação. Agora, que não pese sobre os ombros da atual administração da Assembléia Legislativa, que tem sido correta na sua administração.

Esse era o objetivo de estar aqui hoje e colocar esses fatos, aqui, aliás, avançamos muito quando criamos a lei de minha autoria, de extinção do FEPPA.

Agora, precisamos naturalmente sempre discutir e rediscutir os novos caminhos para sobrar dinheiro para aplicação social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL, PSL, PDT, PT, PPB.

(**Declinaram**)

PMDB, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero fazer um registro. Estamos apresentado um requerimento de pesar, fazer o registro do falecimento da jornalista Sônia Nassar, uma das primeiras a se dedicar à crônica esportiva, não só no Estado do Paraná, mas também no Brasil.

No dia de hoje, 17 de outubro, a Sônia Nassar veio a falecer, uma pessoa das mais conhecidas no meio jornalístico no Estado do Paraná, uma pessoa respeitada e muito conhecida e seu trabalho valorizado em meio à crônica esportiva.

Também, senhor presidente, estamos apresentando no dia de hoje, e peço mais uma vez a compreensão e o apoio de todos e do líder do Governo também, para que a sua bancada possa votar favoravelmente. Estamos apresentando à Mesa um pedido de informações, para

saber quanto custou aos cofres públicos do Estado do Paraná a publicidade hoje estampada em primeira página dos jornais, anunciando o pagamento, atribuição, através de uma lei aprovada pela Assembléia, daquela gratificação de 100 reais aos policiais militares do Estado do Paraná. Quando discutimos essa lei a nível de CCJ, Comissão de Finanças, lembro-me das discussões havidas na CCJ, votamos favoravelmente à medida, mas lamentamos por ser apenas 100 reais que o governo estava dando aos policiais militares, que muitas vezes compareceram a esta Assembléia, representados pelas esposas, para reivindicar uma melhoria salarial.

Estamos felizes hoje, que pelo menos esses 100 reais foram atribuídos. O governo sempre argumentou que não podia dar mais que os 100 reais, porque não podia ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não podia ferir a Lei Camata. Não tinha disponibilidade financeira para dar mais. Que não pode atender as reivindicações dos professores aprovando o PCCS. A reivindicação da área da saúde, que estão mobilizados em todo o Estado do Paraná. Não pode atender os servidores de um modo geral.

Mas o que vemos, mais uma vez, é o governo gastando dinheiro onde não precisaria gastar. Afinal de contas, os mais de vinte mil policiais militares seriam os maiores agentes de propaganda e divulgação deste benefício que o governo a eles está atribuindo.

Não precisaria o governo gastar, sabe lá Deus quanto, para promover a publicidade nas primeiras páginas dos jornais. Segundo informações, só a publicação em primeira página na "Gazeta do Povo" custou 23 mil reais. Imaginem se tiver 20, 30, 50 jornais, quanto que se gastou? Quinhentos mil reais, um milhão de reais? Para fazer publicidade daquilo que não se precisava fazer?

Por isso é que queremos saber quanto que o governo está gastando para divulgar aquilo que não precisava. O próprio policial, a própria Assembléia Legislativa, a própria imprensa desta Casa já divulgou aos quatro ventos a gratificação dos policiais militares.

Gostaríamos que, num momento como este em que se diz não ter dinheiro para atender às mais modestas reivindicações, mas o governo manda à Assembléia, mensagens criando novos cargos com salário de secretário. No momento que o governo diz que não tem dinheiro para nada, que não paga convênios, e como não existe dinheiro para tantas coisas que são atribuições do Estado, não se justificaria neste momento um gasto desnecessário como este, de publicar nas primeiras páginas dos jornais o quanto está dando de gratificação aos policiais militares.

Peço apoio aos senhores deputados. Isto sim, é agir com correção, é agir com transparência, com legalidade, com moralidade, mostrando aquilo que acontece, não só aqui na Assembléia, mas também no Poder Executivo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

O deputado Pessuti já fez a comunicação, mas quero dizer também que lamento profundamente a morte da jornalista Sônia Regina Nassar, que faleceu na data de hoje, em Curitiba.

A Sônia foi uma das primeiras mulheres a trabalhar internamente na área de jornalismo e pioneira no jornalismo no Brasil. Sou testemunha disso, porque trabalhávamos, naquela época, uma equipe esportiva, se não estou enganado, na Rádio Universo, que nem existe mais esse nome hoje, e que ela fazia parte como repórter esportiva.

A exemplo da Sônia, a Gilsimara Cornelsen, que é jornalista da Gazeta do Povo, foi também a primeira jornalista, a primeira radialista a trabalhar também, na área policial. E também foi numa equipe nossa.

Mas, quero também, senhor presidente, ao mesmo tempo que lamentamos profundamente a morte da Sônia Nassar, que deixa, sem dúvida alguma uma grande lacuna na área esportiva, nas páginas da Tribuna do Paraná, também cumprimentar hoje, o jornal Tribuna do Paraná, pelos seus 45 anos de existência. A Tribuna, que se torna uma paixão dos curitibanos, cobertura nas áreas de esporte, policial, política internacional. E é comum ver nas páginas da Tribuna as manchetes diárias que o povo lê nas bancas de jornais, nos ônibus. Os trabalhadores vão na companhia da Tribuna, vão lendo a Tribuna, enfim, em todos os lugares. Segunda-feira, especialmente, é o dia de maior número de circulação da Tribuna do Paraná.

Fui também o seu repórter policial da Tribuna do Paraná, do Estado do Paraná. Equipes comandadas pelo Dr. Paulo Pimentel. Então, os parabéns à Tribuna do Paraná.

Mas, também falo, senhor presidente, num momento que a Assembléia discute a questão de aposentadorias.

Primeiro, quero dizer que eu e o deputado Marcos Isfer, que estamos aqui, fomos vereadores em 1982 na Capital do Estado do Paraná. A Câmara Municipal de Curitiba tinha o Fundo de Previdência dos Vereadores, chamado Funprec. E quando assumimos a Câmara Municipal, nós, parlamentares, nós, vereadores, entendemos que era momento também de se acabar com a aposentadoria dos senhores vereadores. Era um privilégio, porque afinal de contas, tinha parte do fundo que era subsidiado pelo Poder Público, pela Prefeitura, e não era correto isso. Acabamos com o Funprec na Câmara Municipal de Curitiba.

Quando viemos para esta Casa, em 1986, também aqui, lembro-me perfeitamente, eu, deputado Rafael Greca de Macedo, na época; deputado do PT, Pedro Toneli, e mais alguns companheiros que me fogem agora

à memória, (foi minha primeira legislatura como deputado); também iniciamos aqui, um trabalho de acabar com aposentadoria dos senhores parlamentares.

Mas, é bom deixar bem claro que nenhum parlamentar se aposenta com apenas um mandato, com quatro anos. Lembro-me que naquela época, foram dadas duas hipóteses: ou você se aposenta com mais quatro anos de legislatura; ou paga quatro anos não se reelegendo; paga quatro anos e tem direito a uma aposentadoria.

Eu, evidentemente, que já tinha acabado, ajudado a encerrar a aposentadoria de vereadores da Câmara Municipal; e por coincidência, depois eleito vice-prefeito, em 1988, como prefeito em exercício na Prefeitura Municipal de Curitiba, acabei sancionando essa lei que acabava com a aposentadoria na Câmara Municipal.

E ao virmos para cá, evidentemente que a nossa postura não seria diferente, portanto, aqui também encerramos. Naquela ocasião, eu não aceitei esta aposentadoria.

Agora, ao mesmo tempo, fico me perguntando: por que a maioria dos parlamentares, que vem para uma Assembléia, para uma Câmara de Vereadores, vão para o Congresso, abandona suas atividades particulares, e aí, depois de um, dois, três mandatos, volta e reinicia tudo novamente, com enorme dificuldade.

Será que é tão legal que o parlamentar não tenha a sua aposentadoria? Eu me pergunto.

Aliás, temos alguns exemplos aqui, deputado Anibelli pode me fazer lembrar, deputado que está comigo desde 86 aqui, deputado Pessuti pode lembrar. Tivemos casos, senhores deputados, lembro perfeitamente o deputado Francisco Scorsin, que era um deputado comunitário, deputado que atendia a população pobre, não só de Curitiba; tinha até um centro de recebimento das pessoas aqui, para encaminhamento a hospitais. Tudo o que ganhava, ia para a sua ação social.

Sabem como ele morreu?

Com a família fazendo uma campanha, pedindo ajuda de parentes para poder comprar um caixão para esse deputado!

Lembro de um outro deputado que foi um extraordinário constituinte nesta Casa, deputado Ademar Costa, de Ponta Grossa. Deixou a família em situação também sem maiores condições de sobreviver.

Nós, parlamentares, também da época, aqui fizemos uma campanha, cada um deu um certo valor para que pudesse ter um sepultamento, senhores deputados!

O deputado Manoel Gabriel, que não é da minha época, mas é da época do deputado Anibelli, comprovado isso por companheiros mais antigos, também morreu na miséria!

Deixaram famílias na miséria!

Aí eu me pergunto, será que fiz uma boa coisa? Porque eu não tenho uma especialidade. Sou um jornalista por direitos adquiridos, não por formação acadêmica.

A hora que eu deixar de ser parlamentar, nos meus 60 anos, quer dizer, vou encerrar esse meu período legislativo com 61 para 62 anos. Vou arrumar emprego aonde? Vou ainda ter voz para continuar no veículo de comunicação onde trabalho?

Quer dizer: tudo isso, começo a me questionar.

Será que eu agi corretamente, de não ter aceito estar hoje aposentado? Fico me indagando e olhando os exemplos desses companheiros aqui. Só falei de três. Mas deve ter muito mais parlamentares aqui da Assembléia, que hoje ficaram em situação realmente crítica.

Não sou favorável de se aposentar com 4 anos. Não sou favorável, o cidadão se aposentar com 8 anos. Mas uma somatória de toda a sua vida de trabalho, que antecedeu a função de parlamentar, tem que ser levada em consideração neste momento.

Então, fico a me questionar, será que é este o caminho?

Será que esse pessoal que se aposentou já não tem o direito adquirido, deputado Caíto Quintana, V. Exa. que é advogado?

Será que podemos inutilizar, deixar sem efeito leis que já foram votadas, já foram aprovadas?

Há um projeto na Casa, que evidentemente vai merecer das Comissões desta Casa, principalmente da Comissão de Constituição e Justiça, uma análise muito profunda, para saber se ele está legal, ou ilegal.

Acabar com as aposentadorias, não é simplesmente entrar aqui com um projeto na Casa, porque daqui para frente, não tem mais aposentadoria. Agora, quem está aposentado, tem o direito adquirido.

Então, de repente, vira um “cavalo de batalha”, de um parlamentar que vai sair às ruas dizendo: “eu apresentei um projeto que acaba com as aposentadorias”.

Quem acaba com a aposentadoria é a Previdência Social, que diz se tem direito ou não, de ser aposentado!

Agora, cada cidadão tem direito à sua aposentadoria, de uma forma ou de outra. Claro que está se tentando falar aqui, em aposentadoria especial.

Por isso, minha gente, é preciso ter muito cuidado. Ter muito cuidado quando se quer, de repente, fazer uma lei, que evidentemente vai esbarrar na sua legalidade, na sua constitucionalidade.

Não podemos, fazer desta Casa aqui, uma briga de forças, um cavalo de batalha em cima de uma coisa que lá na frente não vai prosperar porque não é minha vontade, porque não é vontade do deputado Waldyr Pugliesi, do deputado Nereu Moura, do deputado Litro.

É porque não tem consistência um projeto desta natureza.

Então, por isso, senhor presidente, faço aqui este alerta, dizendo que ninguém mais do que eu, e tive esta honra de acabar na Câmara Municipal e de ajudar a encerrar, aqui, a aposentadoria na Assembléia, e ter, como prefeito em exercício, deputado Neivo Beraldin, sancionado na Prefeitura de Curitiba a lei aprovada pela Câmara Municipal.

Agora, tem que tomar cuidado.

Só faço um alerta e uma lembrança, aqui: há na Casa uma mensagem governamental que estende a aposentadoria para as viúvas de governadores. Então é bom saber disso também. Se é direito para um, tem que ser direito para outro, também! Quer dizer, nós sabemos que tem governadores que passaram pelo Paraná, que morreram e deixaram famílias, também, aí em situação péssima, financeiramente. Agora, é justo dar a pensão para a viúva ou é injusto dar-lhe esta pensão?

Então, minha gente, não vamos fazer disto aqui um cavalo de batalha. Vamos ter cautela, acima de tudo, para analisar, porque está se mexendo com vidas, está se mexendo com o padrão de vida de pessoas e, de repente, por uma vontade particular ou por uma reação em função de um panfleto que saiu por aqui, espalhando pela Assembléia, se cria toda uma polêmica em cima de aposentadorias. Claro que não concordamos com o que está acontecendo no Congresso, deputados aposentados querendo receber décimo terceiro salário! Aí, realmente, é uma situação crítica!

Agora, volto a dizer. Eu fiz todas essas ações. Hoje me pergunto: foi bom para mim ou não foi? Quem vai me garantir, depois de quatro legislaturas como deputado, depois de uma legislatura como governador, depois de duas como vice-prefeito, que tipo de aposentadoria eu vou ter? Evidentemente que vou me aposentar pela Previdência Social. Normalmente, como qualquer outro trabalhador, como radialista, como comerciante, como jornalista que não tem nada de especial na sua aposentadoria.

Então, por favor, eu pediria apenas a esta Casa, aos senhores parlamentares, muita cautela quando se trata desta questão de aposentadoria.

Era isso, senhor presidente.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero tornar público uma carta remetida ao presidente da República pelo senhor governador Jaime Lerner.

(Lê):

“Palácio Iguaçu, 09 de dezembro de 1997

OF. GOV. 409/97

Exmo. Sr. Presidente da República:

É com grande satisfação que venho, por meio deste, atestar e reconhecer as ações desenvolvidas pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza em favor da proteção e conservação da natureza, a fim de que a mesma possa ser declarada de Utilidade Pública Federal.

Como governador do Estado do Paraná, e conselheiro desta Fundação, tenho acompanhado o trabalho empreendido desde a sua criação em 1990. Como instituição sem fins lucrativos, tem desenvolvido ações de pesquisas científicas, educação ambiental e proteção da natureza, não somente no Estado do Paraná, mas em todo o nosso País, alcançando resultados significativos e o reconhecimento de várias organizações, pesquisadores e

da sociedade civil, o que pode ser confirmado pelos inúmeros prêmios que tem recebido.

Nos seus sete anos de existência, a instituição demonstrou que tem cumprido os objetivos a que se propõe, apoiando financeiramente mais de quatrocentos projetos e iniciativas em prol da conservação do meio ambiente. Por este motivo, acredito que nosso País deve apoiar e legitimar estas ações, reconhecendo a instituição como de Utilidade Pública Federal.

Atenciosamente,
(a) JAIME LERNER
Governador do Estado”

Senhores deputados, ocorre que a Fundação O Boticário criou uma RPN e não tem a titulação da área aonde está a RPN - Reserva de Patrimônio Natural.

Para tanto, convoco os membros da Comissão de Meio Ambiente para amanhã, assim que se encerre o Plenário, para que possamos fazer uma reunião para ouvirmos o auditor judicial, o perito judicial que vai nos apresentar documentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PSL, PTB, PPS.

(**Declinam**)

PDT, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, nós vamos procurar dentro do nosso tempo, com a permissão do presidente, fazer um “pupurri” da tribuna desta Casa, porque além da questão levantada pelo deputado Carlos Simões, nós temos de igual importância, a questão do Banestado.

Deputado Alborghetti, V. Exa. como eu e como muitos outros, combateu e soube da importância do Banestado. Hoje faz um ano, justamente um ano em que o Banestado foi privatizado ou melhor, foi entregue ao Banco Itaú, por um bilhão seiscentos e vinte e cinco mil reais, dos quais mais de um milhão e novecentos eram de créditos que o Banco vai se capacitar e se habilitar durante os próximos anos.

Portanto, o Banco, quer era orgulho de todos nós paranaenses, que vinha gerando lucros suficientes para a sua manutenção e sua capacitação, hoje nós estamos a concluir que a ação nefasta do governo Lerner gerou, no mínimo, cinco mil desempregados dentro do banestado, além da própria perspectiva da perda de atendimento do paranaense por um Banco estatal, um Banco que tinha dado nos seus últimos setenta anos de existência apoio a atividade econômica, quer seja industrial, quer seja do comércio, quer seja da prestação de serviço e também era uma das poucas instituições do Paraná que assistia ao nosso agricultor, hoje, na sua grande maioria, em especial ao pequeno, desamparado de toda a assistência econômica que se faz necessária e que hoje vive na carência dessa instituição, porque a agência de fomento que deve-

ria substituir o Banco, não saiu do papel, a não ser com certeza os empregos que geram dentro da agência de fomento econômico, sem ter a contrapartida no interesse da sociedade paranaense, e o Banestado já estava a produzir, o Banestado já estava a garantir a atenção, tanto na área econômica, como na área social, aos nossos paranaenses.

Então, fica aqui, no primeiro ano da privatização, entrega do Banestado, o protesto deste deputado para que o governador Jaime Lerner não se esqueça de que o Banestado foi ele quem privatizou e foi ele também que está de forma determinada, injustificável, a privatizar a nossa melhor companhia de eletricidade, a referência nacional.

Nós vamos para o segundo item do “pupurri”.

Acabo de receber, senhores deputados, até com uma certa estranheza, a defesa da Assembleia Legislativa em relação ao projeto de decreto legislativo que propõe o plebiscito apresentado por nós e por outros 23 parlamentares.

Apresentamos a esta Casa, a Mesa entendeu que precisaria de 28 assinaturas, para que o projeto pudesse tramitar na Casa, estribando no artigo 127, do Regimento Interno.

Fizemos um recurso ou uma solicitação à Procuradoria Geral da Casa, ela também delegou. A Bancada contra a venda da Copel, composta pelos 24 parlamentares, neste momento recorreu ao judiciário, que solicitou à Casa que prestasse os esclarecimentos necessários.

A Casa, na data de 2ª feira, apresentou o arrazoado da sua defesa e, hoje, quando recebo, através da advogada, percebo que quem fez a defesa da Casa não foi a nossa Procuradoria, mas sim, a Procuradoria Geral do Estado. Pior ainda, a própria Procuradoria assina junto com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, representando essa instituição.

A Constituição do Estado do Paraná é clara, no seu art. 124: “A Procuradoria Geral do Estado não pode desassistir judicialmente.

O presidente da Assembleia, nem essa Casa em processo que seja à parte, tendo em vista que a Procuradoria Geral do Estado é ligada ao Poder Executivo e não ao Poder Legislativo, tendo competência para representar o Estado e não a Assembleia Legislativa, conforme dispõe o seu artigo 124 e o seu inteiro teor”.

Art. 124 - Compete à Procuradoria Geral do estado, além de outras atribuições que lhe conferem por lei:

1º - Representação Judicial e Extrajudicial do Estado e a Consultoria Jurídica do Poder Executivo;

2º - A unificação da Jurisprudência Administrativa do Estado;

3º - A cobrança judicial da dívida do Estado;

4º - A realização dos processos administrativos disciplinares dos casos previstos em lei;

5º - A orientação jurídica aos municípios em caráter complementar supletivo;

Assistência da Procuradoria Geral do Estado, em processo de interesse exclusivo da Assembléia Legislativa e ligados à privatização da Copel, demonstra absoluta falta de isenção desta Casa.

Nós não podemos jamais, senhor presidente, permitir que o Executivo insira os seus projetos e as suas ações dentro desta Casa.

Ontem, foi o Judiciário impedindo que nesta Casa tramitasse um projeto de decreto legislativo que visava revogar o Decreto Executivo nº 4313, uma ingerência incabida, do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo!

Hoje, estamos a contemplar já de uma ação na Justiça, um processo em que tem parte a defesa, a Procuradoria Geral do Estado e inclusive, sem nenhum pejo.

A própria Procuradoria assinou no lugar da Procuradoria da Assembléia Legislativa.

Daqui a pouco, vamos deixar de ser Poder, para ser um órgão acessório do Tribunal de Justiça e do Executivo!

Aqui fica o nosso mais veemente protesto, senhor presidente, porque são casos que não têm condições de continuar a existir!

Aqui vai a minha terceira parte do “pupurri”. Deputado Carlos Simões ontem fez acusações ao presidente do Fórum da Copel, afirmando que o mesmo vem recebendo aposentadoria por quatro anos de trabalho no valor de 1.512,00. A legislação que autoriza esta questão ou este pagamento, é a Lei nº 9.639 de 1974 que criou o FEPPA e o processo está integralmente aqui e o deputado Nelton Friedrich se elegeu em 1978 para exercer o mandato de 78 a 82, e nos anos de 1983 e 1986 exerceu o mandato de deputado federal, reeleito por mais um mandato e neste período ele fez a contribuição compulsória, porque o artigo 3º da Lei nº 6.639 obrigava que o deputado fizesse a contribuição. Era compulsório.

Aqui diz: “...são associados...”. Não são participantes do processo do Instituto de Pensão do Estado. São associados. Era um Fundo. A Lei nº 6.639 estabelecia um Fundo e deste Fundo contribuía com uma parte dos senhores deputados e a outra parte, a Assembléia Legislativa e, com a extinção, através da Lei nº 9.498 de 1.992, tinha o direito de resgatar.

O deputado Nelton Friedrich, senhor presidente, fez um requerimento em 1991 para que pudesse resgatar esses recursos. Fez um requerimento, protocolado no dia 21 de fevereiro de 1.991, sob o nº 1.231, portanto, há dez anos trás e não é através de um fato político, pontual, que alguém o queira atingir. Ele já fez este requerimento há dez anos atrás. Não recebeu da Casa nenhuma decisão. Entrou no dia 10 de abril de 1.992 com um recurso administrativo, requerendo.

Ainda assim, não contemplado, entrou na Justiça, quando na data de 29 de janeiro de 1997, o juiz Luiz Osório Morais Anza determinou que a Casa desse prosseguimento ao seu pedido de resgate, porque era um direito.

Se hoje ele está a receber esses 1.512 reais, antes ele exercia um outro direito que era ter acesso à parte da cota dos Fundos que então ele participava.

Está aqui o ex-presidente da Assembléia, deputado Orlando Pessuti que conhece bem essa situação.

E tem mais: não foram quatro anos. Esta mesma Lei, a 6.639 permitia, como permitia a do Congresso, que o deputado, no exercício de outro mandato, fizesse, não averbação - aqui o deputado Friedrich não fez nenhuma averbação. Ele contribuiu, enquanto deputado federal para o Fundo.

Então não há nenhuma imoralidade, não há nenhum resquício de mancha e de desonra de alguém que procede de acordo com a lei e não se beneficiou das suas particularidades. Foi à própria lei e foi na Justiça buscar a participação no resgate que a lei lhe concedia do fundo, porque era um fundo de participação, era uma associação, ele era associado, não um pensionista. Mostra bem que o ex-deputado Nelton Friedrich, presidente do Fórum de defesa da Copel não teve, em nenhum momento, nenhuma conduta que não pudesse consignar a sua vida ilibada e irretocável.

Portanto, senhor presidente, se necessário votarei, e está à disposição que o deputado Nelton Friedrich deixa aqui, todo o processo dele a qualquer deputado e a qualquer um que quiser ter conhecimento a respeito dessas informações, que acabo de prestar à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário da Liderança da Oposição, deputado Nereu Moura.

Antes, queremos registrar a presença do prefeito de Itaipulândia, senhor Miguel. Registro feito pelo deputado Tiago Amorim e também por nossa pessoa. E o secretário da Prefeitura, senhor Ari.

Bem-vindo.

Senhor presidente e senhores deputados.

Ontem participei da CPI da Telefonia, que foi colocada na geladeira por 90 dias, por decisão do Poder Judiciário do Paraná, atendendo solicitação do HSBC, sucessor do Bamerindus no Estado do Paraná. Foi bom retomar os trabalhos da CPI, presidida pelo deputado Tony Garcia no dia de ontem, porque esta CPI, senhor presidente, tem muita coisa a mostrar ao Paraná.

Nós não esquecemos das escutas ilegais de telefone, patrocinadas pelo Palácio Iguaçu. Nós não esquecemos ainda dos grampos telefônicos realizados dentro da Telepar. Nós não esquecemos ainda das adulterações da quebra do sigilo telefônico vastamente denunciada, e onde a CPI estava se encaminhando para pegar o fio da meada e para buscar, senhor presidente, punir os criminosos que agem por debaixo do manto. Do manto do Poder. Não, o governo Jaime Lerner pode jogar com a memória curta do povo paranaense, mas nós não temos memória curta e iremos, agora que a CPI foi reativada, estar lá para poder reviver todos esses assuntos, para buscar ouvir

todas aquelas pessoas que merecem ser ouvidas, para que elas revelem o mundo sujo e podre dos espíões, dos atos ilegais, patrocinados por pessoas que vivem, aqui, na sombra do Palácio Iguaçu, escondidos no manto da impunidade e da picaretagem.

Então queremos ouvir agora, ontem já levantei essa situação, ouvir o Coronel Vieira, ali da Casa Militar, para sabermos quem foi que mandou gravar, quem foi que mandou grampear o telefone do Comitê do PMDB de 98. Nós queremos ouvir o Gerson Guellmann, porque segundo o cabo Jordão, segundo o soldado Afrânio, ele era o mentor. Ele era o testículo de toda esta podridão que atinge o coração do poder, no Estado do Paraná. Nós queremos ouvir, também, o presidente da Telepar, os diretores do HSBC. Enfim, queremos passar a limpo toda esta situação que foi paralisada, infelizmente, por ordem da Justiça do Paraná.

Eu já disse, aqui, senhor presidente, e volto a falar mais uma vez, esta Casa não pode se curvar a nenhum outro Poder. Não pode se curvar ao Poder Executivo! Não pode se curvar ao Poder Judiciário! O Poder Judiciário tem que ficar ali, ao lado esquerdo da Assembléia Legislativa, zelando pelas leis, mas não querendo colocar um esparadrapo na boca dos parlamentares, não querendo agir como um tutor deste Parlamento e deste Poder!

Então, senhor presidente, eu tive o prazer enorme de ver a CPI da Telefonia funcionando outra vez, porque ela, com certeza, irá prestar serviços relevantes ao nosso Estado do Paraná, porque ajudará a passar a limpo este caso que se tornou um outro dos escândalos, que são frutos gerados no ventre do governo Jaime Lerner.

Hoje pela manhã, participamos aqui na Assembléia, da Comissão Especial que irá investigar e que está investigando o ensino superior do Estado do Paraná. Será também uma oportunidade ímpar para que possamos conhecer as entranhas do ensino superior do nosso Estado, para que possamos passar uma borracha em todos os equívocos, em todos os erros que existem no ensino público superior no Estado do Paraná. E ali já estive o secretário de Ensino Superior, dando depoimento à Comissão.

Nós queremos, a partir de agora, fazer uma radiografia, uma endoscopia, um exame, para entrar, para saber o que é que existe de verdade na propaganda fácil do Governo, que fica por aí gastando dinheiro, contando lorotas para poder justificar a sua inércia, querendo fazer-nos acreditar que o Governo gastou e gasta pesado no ensino público do Estado do Paraná.

Senhor presidente, este é o desejo que me traz hoje à tribuna, para alertar o Paraná que nós temos ainda muito a fazer. Mas, nós vamos fazer com coragem, com discernimento. Nós iremos passar, parte a parte este Paraná a limpo, para mostrar que, infelizmente este grupo que governa o Paraná hoje, é um grupo que está em decadência, é um grupo moribundo e que muitas coisas erradas fizeram, e que são ainda sigilosas, que nós

precisamos desvendar, para que o Paraná possa saber o que é que aconteceu com o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, no Horário destinado às Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Carlos Simões, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, prorroga por mais 05 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, cessão de imóvel à APADEHD. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, a atual Rodovia do Café passa a denominar-se: "Rodovia do Café Governador Ney Braga". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, declara de Utilidade Pública o “Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova”, da cidade de Matelândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à prefeitura municipal de Nova Fátima, um terreno urbano que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis, situados no município de Matinhos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2001, que revoga a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9088, de 03 de outubro de 1989, e autoriza a doação, pelo município de Ivaí, do referido imóvel à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para construção de unidades habitacionais através de implantação do programa Vila Rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. Anexo Projeto de Lei nº 334/2001 - Autoria do deputado Hermas Brandão. EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância de Novo Itacolomi, com sede no município de Novo Itacolomi e foro em Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2001, aprova

crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/2001, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Surdos de Londrina, com sede e foro em Londrina-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07.08.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 325/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira das Empresas Lotéricas, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 418/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira das Empresas Lotéricas, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei 418/2001.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que altera a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.263, de 03 de agosto de 2001. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 420/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 13.263, de 03 de agosto de 2001.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Serranópolis do Iguaçu. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 429/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Eli Ghellere, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, da cidade de Serranópolis do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA

PROJETO DE LEI Nº 429/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Antonio Carlos Belinati, Orlando Pessuti e Luiz Fernandes da Silva Litro.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3433, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3460, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação!

O SR. NEREU MOURA

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Verificação de votação, para tanto requerida chamada nominal. Convido o 1º secretário deputado Tiago Amorim, para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Tiago Amorim**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**)

Apenas dois deputados ausentes, senhor presidente.

(**Procede à segunda chamada nominal dos senhores deputados**).

51 senhores deputados presentes.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o requerimento é muito singelo: só quer que a secretária da Criança e da Família, que também dirige o Provopar, esclareça algumas dúvidas desse parlamentar, porque tenho algumas informações de entidades internacionais que repassaram ao Paraná, devido o pedido de municípios, pelo próprio Provopar estadual, donativos como: brinquedos, utensílio domésticos, e sobretudo, roupas usadas.

Que nos Estados Unidos, na Holanda, na França, fazem recolhimento dessas roupas, e essas roupas são encaixotadas pelas entidades internacionais, mandam para o Porto de Paranaguá, e o Provopar do Paraná, vai lá e recolhe essas roupas.

Então, queremos só o esclarecimento, se os conselhos municipais de assistência social, acompanharam, têm essa informação, e acompanharam essa distribuição?

E houve um problema no município de Cascavel, e que nós queremos que o Provopar explique, como é que aconteceu aquele problema? Houve algumas toneladas de roupas que foi ao destino correto?

Só quero esse esclarecimento para elucidar os fatos.

Portanto, esclarecer, dar transparência, é obrigação dessa Assembléia.

Se ninguém tiver medo, sobretudo o Governo, de esclarecer esse fato, que o requerimento seja aprovado, senhor presidente.

Obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Está coberto de razão o deputado Irineu Colombo, de querer esclarecimentos em relação às roupas usadas, que o Paraná ganhou da comunidade internacional.

Porque só faltava, senhor presidente, o governo Jaime Lerner, começar a desviar roupa usada, porque em outros escândalos ele já se meteu!

Existem denúncias que pautaram o deputado Colombo a fazer esse requerimento. Desvio de roupa usada.

Inclusive, a imprensa de Cascavel, noticiou o desvio, o sumiço de um caminhão de roupa usada. O deputado Tiago Amorim sabe disso. Repercutiu essa notícia em Cascavel.

E a notícia que a imprensa divulgou amplamente, é de que os deputados da Base do Governo, haviam recebido dois ou três caminhões de roupas usadas, doadas pela comunidade internacional.

Então, precisamos saber se essa roupa veio, se não veio. Aonde foi parar a roupa usada que a Holanda, os Estados Unidos, a Inglaterra, doaram para dar para as crianças pobres do Paraná?

Aonde que está esta roupa?

Será que está sendo usada para fazer campanha política no ano que vem?

Senhor presidente, a denúncia é grave!

Então, senhor presidente, acho que para não pairar dúvidas, a Assembléia tem que aprovar o requerimento, porque senão o governador Jaime Lerner vai ficar marcado também como um governador envolvido com o desvio de roupa usada...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Gostaria que os senhores deputados tomassem seus assentos, para que pudéssemos proceder à verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. TIAGO AMORIM (Pela Ordem)

Senhor presidente.

É importante salientar para esta Casa de Leis que este fato, na verdade, não envolve diretamente a Secretaria da Criança e da Família, da senhora Fany Lerner. Envolve especificamente o suplente de deputado Antonio Carlos Baratter, que utilizando-se da Prefeitura Municipal de Cascavel, e nós temos documentos comprobatórios, inclusive com o Ministério Público que deverá tomar providências nesse sentido. Essas roupas estavam na cidade de Missal. Foi utilizado um veículo da Prefeitura de Cascavel para transportá-las até Cascavel, mas não para ir à entidade e sim para ir para a casa do suplente.

Daí então, a denúncia que foi feita em todos os canais de imprensa daquela nossa cidade. E justiça seja feita, a Secretaria da senhora Fany Lerner, meu caro deputado Nereu Moura, acredito que não tenha nada a ver com toda essa história, e sim, o suplente de deputado, na cidade de Cascavel, que acabou passando por esse vexame todo e terá que dar explicações para a população...

O SR. NEREU MOURA

Mas quem doou a roupa foi a Secretaria da Criança!

O SR. TIAGO AMORIM

No meu entendimento, deputado, quem doou teve a boa ação de doar. Agora, quem estava guardando essa roupa e não doou, acho que agiu de má fé.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, justificativa de voto.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero deixar bem claro aqui que tenho várias divergências com o Governo e com a sua equipe, mas não posso acreditar e não vou entender, e não vou admitir, nunca, que a dona Fany Lerner, uma pessoa que eu tenho uma estima muito grande por ela, esteja envolvida em uma situação dessas.

Foi por isso que eu conversava com os deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, que esta Casa não poderia colocar a Secretaria de Criança e Assuntos da Família

em uma situação vexatória, não aprovando um requerimento que pede esclarecimento.

Acho que é um grande momento que tem a dona Fany e tenho certeza, fará isso, de esclarecer e de cobrar de quem agiu incorretamente usando o nome da Provopar na distribuição dessas roupas.

Acho que este é o grande momento que a Assembleia oferece à dona Fany Lerner, para que possa esclarecer, porque não posso colocar nenhuma dúvida quanto a honestidade e a maneira de atuação da primeira dama do Estado. Tenho mil divergências com o Governo do Estado e com a sua equipe, mas não acredito, em hipótese alguma, conhecendo dona Fany Lerner, que foi minha secretária na época da Prefeitura de Curitiba, quando fui prefeito em exercício várias vezes, e pela pessoa que é a dona Fany Lerner, nunca se sujeitaria a fazer uma doação ilegal ou fazer um favorecimento para este ou para aquele parlamentar ou para um suplente de deputado.

De qualquer maneira, a casa e a Bancada do Governo e de Oposição oferecem à dona Fany Lerner, esta oportunidade de esclarecer os fatos.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para esclarecer.

As roupas foram doadas quando o deputado Baratter era deputado aqui na Casa, segundo informações que nós possuímos, de forma que não para um suplente de deputado, foi para um parlamentar.

Acho que é correta a afirmação do deputado Vanhoni, por isso que as explicações que foram aprovadas são de fundamental importância para sabermos a verdade sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3461, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Será procedida a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Requerimento de quem, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Do deputado Eli Ghellere.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ELI GHELLERE

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não cabe mais, deputado Eli Ghellere. Nós já estamos procedendo a contagem dos votos.

O SR. ELI GHELLERE

Está em processo de votação. Não cabe encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas já está em votação, deputado Eli.

Os deputados que aprovam, por favor, levantem-se.

O SR. ELI GHELLERE

Para justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas justifica após a votação, deputado.

Quinze deputados.

Os deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Deu muito mais, senhor presidente!

Está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para justificar o voto, com a palavra o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GELLERE

Eu só gostaria, senhor presidente, que ficasse constatado em Ata os senhores deputados que votaram a favor do requerimento deste deputado que apenas pede que o Governo do Estado nos forneça os investimentos que são feitos no Oeste do Paraná, no setor de segurança pública.

O setor de segurança pública vem tendo problemas sérios na região Oeste do Paraná. A criminalidade vem aumentando de ano a ano e o que eu peço são apenas os dados estatísticos, quantas ocorrências vem tendo e o investimento feito.

Então, eu gostaria que constasse o nome dos deputados Nereu Moura, com o voto favorável, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Ademir Bier, Luiz Carlos Zuk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Hermes da Fonseca, Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Orlando Pessuti e Augustinho Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 3379, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3431, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3432, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 3434, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3436 e 3437, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3438 e 3439, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3440 e 3441, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3443, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3445 e 3446, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3448 e 3449, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3450 e 3457, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3452 a 3456 e 3459, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 18, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 336/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 318 e 370/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 325, 420 e 429/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 032, 096, 206, 287, 506/99; 343, 353, 373, 389, 390, 437/2000; 019, 060, 099, 143, 180, 228, 245, 272, 290, 331 e 377/2001.

Levanta-se Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NO ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO WALDYR PUGLIESI EM SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2001.

Um Estado Delinquente

Fábio Konder Comparato

Que não se engane o leitor: não estou me referindo aqui ao Afeganistão do Taleban, mas sim aos EUA.

A característica tipificada da delinquência internacional consiste no repúdio sistemático do direito e da moral nas relações entre povos. É exatamente o que faz o Estado norte-americano.

Começamos pela moral. Os seus grandes princípios estão hoje, consubstanciados nas solenes declarações e nos tratados internacionais de direitos humanos. Ora, desde 1966, os EUA têm se recusado a aceitar todas as convenções internacionais nessa matéria, com a declaração explícita de que elas contrariam a sua soberania.

Assim, foi para citar poucos exemplos, com o pacto sobre direitos econômicos, sociais e culturais de 1966; com os protocolos de 1977 às convenções de Genebra, sobre a proteção às vítimas de conflitos bélicos; com a convenção de 1979, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; com o protocolo adicional de 1988 à convenção americana de direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais, com a convenção sobre a proteção do menor, de 1989; com a convenção de Ottawa, de 1997, sobre a proibição de uso, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoais; e com a convenção criadora do Tribunal Penal Internacional, de 1998. A rejeição dos dois últimos tratados revela, em toda a sua nudez, a imoralidade internacional dos EUA.

Segundo informações veiculadas pela ONU, há mais de 110 milhões de minas ativas espalhadas por 68 países e uma quantidade equivalente armazenada em todo o mundo. Todos os meses, mais de 2.000 pessoas, sobretudo mulheres e crianças, são mortas ou multiladas por explosões de minas desse tipo. Ora, o maior produtor e distribuidor desses artefatos são os EUA.

A delinquência internacional consiste no repúdio ao direito nas relações entre povos; é o que fazem os EUA

Quanto ao Tribunal Penal Internacional, ele foi criado para julgar os responsáveis pelos crimes de genocídio, os contra a humanidade, os crimes de guerra e o crime de agressão. Apenas seis países recusaram-se a assinar a convenção, além dos EUA: China, Iraque, Israel, Líbia, Qatar e Iêmen. Mas os EUA foram mais longe: o Pentágono instruiu todos os adidos militares no exterior a tentar formar um lobby internacional contra a ratificação do tratado.

Em matéria de operações bélicas, então, o comportamento dos EUA, nos últimos 20 anos, frisa o banditismo internacional. A potência norte-americana atacou militarmente Granada, a Líbia, o Panamá, o Iraque (bombardeado incessantemente há dez anos), a Somália, o Haiti, o Afeganistão, o Sudão e a ex-Iugoslávia. No caso do Iraque, o bloqueio econômico, acrescido aos bombardeios, tem vitimado, todos os anos, dezenas de milhares de pessoas.

Abre-se, agora, uma nova guerra: os EUA contra o Afeganistão. Como das vezes anteriores, a ONU é mantida desdenhosamente à margem.

Ora, a Carta de San Francisco só admite a guerra em situação de legítima defesa (art. 51), sabendo-se que esta consiste no imediato revide a uma agressão atual ou iminente de um Estado contra outro. Fora disso, o revide não passa de represália, ou seja, uma forma coletiva de vingança. Mesmo em situação de legítima defesa, o

Estado-vítima deve comunicar o fato imediatamente ao Conselho de Segurança da ONU, para que este decida se o revide pode prosseguir ou não.

Os mais cétricos dirão que a moral e o direito internacional não passam de piedosas ilusões, num mundo em que só poder econômico e a força militar suscitam algum respeito. Seja. Mas então tenham um pouco mais de compostura e não venham, com unção eclesiástica ou pompa ministerial, afetar indignação diante do terrorismo. Se não existe moral nem direito, somos todos bandidos. Salve-se quem puder!

Fábio Konder Comparato, 64, jurista, é doutor pela Universidade de Paris, professor titular da Faculdade de Direito da USP e doutor *honoris causa* da Faculdade de Direito de Coimbra. É autor, entre outros, de “A Afirmção Histórica dos Direitos Humanos” (Saraiva).